

Novembro Dos Trabalhadores

Dario Geraldo Schaeffer

1 — Inverno Paraense

Nestes dias de muita chuva no inverno tropical de Belém do Pará, pode-se ver, em toda sua crueza, um dos lugares de maior degradação das condições de vida do ser humano: a baixada. "Baixada" não é apenas um nome típico e regional para a favela. A baixada tem suas características próprias, que a fazem diferente da favela de morro ou de periferia. A baixada é um aglomerado de casas, barracos, mocambos e cortiços no lado interno das quadras da cidade, e localiza-se, portanto, no centro dela. Quando se passa rapidamente pelas ruas de Belém, não se podem ver as baixadas; vê-se apenas a fachada que olha para rua. É normalmente bem arrumada, com casas relativamente bem construídas e de boa aparência. Quando, no entanto, se entra pelas entradas e vilas, por ruazinhas estreitas, cheias de buracos, totalmente enlameadas, formando um labirinto intransponível para estranhos, pode-se conhecer uma realidade do outro mundo. Um mundo em que vivem quinhentos mil habitantes da cidade, todos trabalhadores, empregados e desempregados.

O nome de baixada provém do fato de que os terrenos são baixos e constantemente alagados. Belém é construída sobre uma área que em raros lugares não é pantanosa. Os rios que banham a cidade acompanham o movimento das marés e invadem a cidade através dos canais construídos para drená-la, sempre entulhados de lixo e fazendo as vezes de esgoto.

Excetuando-se, porém, as diferenças regionais e as características típicas, a baixada é irmã da favela. É sinônimo de miséria e pobreza, de eterno flagelado-afogado em casa alagada; sinônimo de fome e doen-

ça, de ratos, baratas e mosquitos. É o lugar onde vai se concentrar toda a problemática de uma sociedade capitalista dependente e subdesenvolvida.

Aí moram seres humanos. Aí moram os trabalhadores. É, segundo o advogado da Articulação nacional de Solo do Rio de Janeiro, Miguel Baldez: "a prateleira da mão-de-obra barata". Na maioria é gente vinda do interior do Pará e do Maranhão, porque por lá a coisa está pior.

Quando as crianças acordam de manhã com fome e choram por pão, a mãe diz: "vão se virar ..." Elas sabem o que isto significa: pedir, esmolar, subempregar-se, bater uma carteira, entrar em alguma casa, ... A sobrevivência imediata está em jogo. E as leis que comandam este jogo são duras, de vida ou de morte. Não existe meio termo.

Todos os valores que estas pessoas tenham tido e que as faziam, ou ainda fazem, agir humanamente umas com as outras, são sempre mais destruídos e substituídos por outros, ditados pela fome, pelo imediato da sobrevivência. A fome não é destino. Ela é produto industrial e social. E bruto. Quem produz a fome são os que estão ou estiveram no poder. Não interessa quem seja. As instituições sociais e políticas perdem totalmente a credibilidade, e se torna, a cada dia que passa, mais difícil acreditar que algum dia ainda seja possível construir um país onde haja instituições que possam ser respeitadas. A revolta dos famintos não pergunta por intenções.

O que fazem os que detêm o poder, os que caracterizam as instituições do Estado Brasileiro, para que a situação chegue a tal ponto? Destroem 8 milhões de hectares de floresta amazônica. Por detrás desta destruição, está a falta de uma reforma agrária, o pânico da subsistência, mas principalmente os interesses multinacionais, do capital estrangeiro e nacional, enfim, do mundo que vive da exploração de homens, de animais e da natureza mineral e vegetal.

Exemplificando: A Albrás e a Alunorte, indústrias de alumínio, japonesa uma e americana outra, consomem 5 vezes mais energia elétrica que Belém e São Luis juntas. Para satisfazer estes gigantes, o capital não tem escrúpulos em pôr abaixo a floresta amazônica e seus habitantes, construir mega-hidrelétricas, ocupar mão-de-obra da mais barata, usar a matéria-prima comprada abaixo do preço de exportação. Abusam de incentivos governamentais — dinheiro arrecadado em impostos do povo brasileiro, em especial do trabalhador — para enriquecer seus países.

Mas os urubus da riqueza nacional não são apenas estrangeiros. Quem mais lucra no Pará são as grandes empreiteiras e construtoras que

intermedeiam a mão-de-obra e os interesses estrangeiros. A Camargo Correa, por exemplo, lucrou, com a construção da barragem de Tucuruí, a bagatela de 500 milhões de dólares. Com este dinheiro, que agora está nas mãos de um empresário, poderiam construir-se casas populares para 70% da população das baixadas de Belém e com isto dar um passo importante na solução do problema do solo urbano.

Outro exemplo é dado pelo projeto "Grande Carajás", que inclui no seu programa a construção de dezenas de usinas de ferro-gusa para exportação. Esta produção se dará às custas da destruição da floresta, de onde será tirado o carvão vegetal para alimentar os altos fornos, uma tecnologia medieval. Nesta pré-industrialização do ferro será gasta uma tonelada de carvão para produzir uma tonelada de ferro-gusa, que, por sua vez, tem o preço de 110 dólares no mercado internacional. Neste mesmo mercado o carvão vegetal tem o preço de 100 a 200 dólares a tonelada. É sobre este tipo de negócios que se fundamenta o desenvolvimento brasileiro.

Outro exemplo nos mostra que os paraenses dificilmente poderão usufruir das riquezas que são produzidas por eles e que estão contidas no seu estado. A barragem de Kararaô, no rio Xingu, juntamente com as 5 barragens de um projeto maior que deverá ser realizado nas próximas décadas, submergirá 14 mil km² de selva, uma área equivalente ao projeto Jari, e custará de 25 a 30 bilhões de dólares. Mesmo assim, "Altamira e todo o sudoeste do Pará dispõem Kararaô para atender suas necessidades existentes ou previsíveis. É-lhes suficiente o prolongamento do linhão de Tucuruí, obra que está sendo realizada não por causa das legítimas aspirações das populações locais, mas para atender a demanda de uma fábrica de cimento que o grupo João Santos implanta em Itaituba." (Lúcio Flávio Pinto, jornal Povo, n° 36, fevereiro de 89, p.2). A energia tirada do Pará irá a preços baratos para o consumo no centro-sul: "A energia sairá da usina de Kararaô na maior de todas as tensões e seguirá por uma linha que não admitirá rebaixamento senão a 2000 km de distância, quando entrará no circuito de alcance desses consumidores especiais." (Lúcio Flávio Pinto, Op.Cit.p.3)

Não podemos procurar, no entanto, a solução dos problemas citados, analisando caso por caso. As raízes deles estão em outros lugares. Estão na estrutura da sociedade e na concepção que está por detrás da construção da sociedade que temos: o capital e suas leis de mercado. No entanto, a hegemonia do capital é mantida com a ajuda de mais dois componentes importantes: o poder e a ideologia. Sobre este tripé — ca-

pital, ideologia e poder — está construído o mundo que produz a vida do trabalhador como descrita paradigmaticamente acima.

Há uma interligação inseparável entre os três. Se um é tirado, os outros não conseguem se manter. Os mantenedores da situação atual, que na realidade não fica a mesma, mas se moderniza, se desenvolve, se adapta, são mutantes, não têm medo de manifestações, de encontros indígenas, de discursos ecológicos. Basta ver o caso dos assassinatos acontecidos em Belém e no Acre. Afoitamente os donos do poder continuam ameaçando e atentando contra a vida de líderes populares, sem serem condenados por seus atos. É claro que os tiros partem do reconhecimento de que estes líderes estão indo no caminho que ameaça ou poderá vir a ameaçar a hegemonia de pelo menos um dos pés do tripé que sustenta a situação.

É preciso, pois, descobrir, no caso do presente artigo, em que medida as eleições são uma maneira de atingir um desses pontos; se os trabalhadores acham isto viável, e como se encara isto do ponto de vista teológico.

2 — Deus do Capital

Neste sentido, é preciso aprofundar o debate teológico em torno do interesse do povo para com as eleições e a questão política em geral. Pois a teologia sempre foi usada como equipamento ideológico para manter o capital no poder. Para entrar neste assunto, é interessante levantar um tema pouco tratado quando se faz teologia: a relação teologia — economia. Mesmo sendo estranha, esta relação faz parte do pano de fundo de toda uma concepção — também popular! — da política partidária e das eleições. Hugo Assmann afirma em recente palestra: “A teologia seqüestrada, a teologia realmente importante tem que ser buscada nos compêndios de economia e não nas escolas de teologia.” (Consulta sobre “Igrejas e Dívida Externa”, CONIC, Rio de Janeiro, 27 a 30.03.89).

A situação econômica não se resume às expressões financeiras e pecuniárias que vêm à tona de sua atuação. É muito mais complexa. E dentro desta complexibilidade reside um dos fatores essenciais que forma o comportamento do povo frente a política, à sociedade, às eleições. É a fé religiosa. Para discutir este assunto, valho-me de palestra de Franz Hinkelammert sobre este tema, tentando, com comentários, socializar seu estudo e, despretensiosamente, fazê-lo proveitoso para nosso tema.

Teologia não existe em estado puro, numa objetividade asséptica e intocada. Como é produto da reflexão dialética da vida humana e de sua relação com Deus, através da fé vivida, ela só existe agregada ao momento, à vida, aos acontecimentos concretos. Teologia é a expressão científica, teórica, intelectual da existência humana desafiada, transformada, processada pela fé em Deus. Só pode ser feita da ótica de uma opção existencial que se vivencia ou se quer projetar. Neste sentido, teologia é uma ciência a serviço de algo. É um meio, e não um fim.

Foi usada — bem ou mal, não entro neste mérito —, durante a história da humanidade, para refletir ou para fazer esta história. Caracterizou e derrubou impérios, fez surgir revoluções e se colocou a favor da manutenção do status quo; sobre suas conclusões construíram-se igrejas e fizeram-se reformas. Por dentro dela passa hoje uma nova concepção de libertação, mas também passa o conservadorismo político e social.

Quando falamos de teologia, portanto, falamos do político, do social e do econômico — o leque de forças que edifica e mantém nosso tipo de sociedade. A composição destas forças é integrada no mais alto grau por reconhecimentos teológicos e determinações deles resultantes.

Hinkelammert analisa a relação teologia — economia à luz de acontecimentos históricos. Nos anos 60, foi realizada uma mudança na tradução do Pai Nosso. Muitas Igrejas passaram a rezar a prece que dizia: "Perdoa-nos as nossas dívidas, como nós perdoamos aos nossos devedores" na forma: "Perdoa-nos nossas ofensas, como nós perdoamos os que nos têm ofendido." Evidencia-se nesta alteração do texto, inequívoco no original, que "una determinada economia se há imposto a la teologia. Una economia que pronuncia las leyes del mercado como justicia, se há impuesto a una teologia y la há transformado a sus ordenes." (Hinkelammert, p.2) Substituiu-se o posicionamento crítico frente à dívida, sem dúvida contida nesta prece, por uma declaração individualizante de culpa do devedor frente ao credor. O posicionamento crítico da prece dizia que uma dívida impagável pode ser perdoada. Deus tem esta concepção, por isso é possível pedir isto, na certeza de ser atendido. Mas a nova tradução inverte isto completamente, fazendo com que seja colocada dentro do Pai Nosso uma concepção econômica diversa, oposta à expressão original. É a concepção da economia de mercado. As leis que a regem não permitem nunca o perdão da dívida. Isto seria uma injustiça. A dívida deve ser paga. Caso não for, não pode haver perdão. Esta concepção de economia de mercado que se impôs na teologia, impôs-se também sobre o âmago da fé cristã: a salvação e a justificação, e o fere.

Esta prece é repetida ao povo milhões de vezes, especialmente no terceiro mundo, numa instilação sub-reptícia da compreensão de que o homem só pode **pedir perdão de seus pecados**, surgidos por não poder retribuir a Deus o que Ele lhe fez de bom. Jamais pode **pedir perdão de suas dívidas**. Esta repetição forma consciência política.

Esta deturpação econômica do Pai Nosso já vem subsidiada teologicamente de longa data: desde Anselmo de Canterbury, no século XI, quando as leis de mercado, surgidas com a burguesia do século XVI, ainda não existiam. "Anselmo definirá al hombre justo no como lo hizo el Padre Nuestro en su antiga traducción. Podrimos decir, que alli el hombre justo es aquél, que paga todas sus contas, todas sus deudas." (Hinkelammert, op. cit. p.3). Como Deus reconhece que o homem nunca poderá pagar sua dívida, sacrifica seu próprio filho, para, com seu sangue, resgatar e justificar o devedor (leia-se 'pecador') do castigo eterno. Justiça é pagar a dívida. Injustiça é não pagá-la. Como não existe maneira de o homem pagar, o filho de Deus paga por ele.

Esta mistificação da justiça do Deus da Bíblia é o substrato teológico para a criação e a manutenção das leis de mercado, que hoje impõem os resultados nefastos de sua aplicação sobre o povo trabalhador, favelado, pobre. É a teologia da fome e da morte.

Para exemplificar: não é segredo que quem paga a dívida externa do Brasil são, na realidade, os favelados. Recolhem mais impostos diretos e indiretos para pagar os 80% da dívida pública do Brasil, do que os 400 empresários mais ricos do Rio e de São Paulo.

No entanto, esta teologia da morte não está apenas nas cabeças das classes dominantes. Passa também, imposta pelos meios mais diversos, pela cabeça de grande parte dos próprios trabalhadores brasileiros. Este assunto não está sendo tratado com a profundidade e a seriedade necessárias. Mas vai, da maneira como está, caracterizar a atuação dos trabalhadores nas próximas eleições presidenciais.

A Teologia da Libertação e o Ecumenismo têm como proposta o aprofundamento deste aspecto. Pois eles provêm da própria revolta do povo contra os fatos que os estão destruindo. Vem de lá o reconhecimento de que "a fé é a negação do sacrifício, é negar-se a ser vítima. A opção de classe nasce a partir da fé cristã, pois esta é anterior à formação de classes, e quando se olha a sociedade a partir da fé, ela se mostra dividida em classes. Como fazer com que esta fé se faça presente nas práticas políticas?" (Hinkelammert, numa intervenção durante os debates na Consulta sobre "Igrejas e Dívida Externa").

3 — O Trabalhador Constrói a Modernidade

Enquanto as forças conservadoras no Brasil, até o presente momento, não chegaram a um consenso nem em torno de um projeto político, nem em torno de um nome para candidato à presidência, uma força nova e moderna se eleva: os trabalhadores organizados têm uma proposta política de governo para o País, mediada pelo Partido dos Trabalhadores.

Milhões de trabalhadores — homens e mulheres, na maioria jovens — passam as melhores horas de suas vidas dentro de indústrias, construções e lojas, onde muitas vezes são usados métodos requintados e avançados de trabalho: computadores, máquinas de última geração, tecnologia de ponta, etc. Fabricam, constroem e vendem o que hoje se entende por produtos modernos: carros, máquinas, computadores, apartamentos, etc. Embutido, porém, dentro desta atividade, vem algo que traz junto de si o sêmen para a destruição dela própria: o trabalhador, que produz o produto moderno, não tem acesso nem ao lucro que ele traz. O trabalhador vive a contradição de manusear reconhecimentos de ponta, produzir riquezas, mas usa a sucata e vive na miséria. Acrescente-se a isto que é ele quem carrega o ônus da dívida de todo o País.

Esta contradição, no entanto, já se evidencia como fundamento para o nascimento de uma modernidade, cujos propósitos não residem mais na produção de artigos cada vez mais sofisticados, de necessidades cada vez mais exigentes, mas na transformação da correlação de forças que produz esta contradição. A classe trabalhadora, afundada na crise econômica, na fome, na miséria, no desalento do desemprego, se arma politicamente e faz uma proposta de intervenção no processo exploratório da sociedade capitalista, através da tomada do poder. O 1º passo para isto são as eleições presidenciais. E têm hoje condições de realizar seus intentos.

Para o trabalhador cristão coloca-se, diante disto, uma pergunta: Pode o cristão participar de greves, de revoltas, de oposição sindical, de partido político de oposição, da revolução? Por detrás desta pergunta ingênua escondem-se séculos de pregação religiosa contrária a estas atividades, especialmente para o trabalhador. Por isso ela lhe é hoje existencial e precisa ser debatida. Ele questiona este problema de duas maneiras: ou (1) — não participa da luta por melhores condições de vida, por esta lhe parecer contrária à vontade de Deus (Deus não perdoa, só cobra!), especialmente no que concerne à desobediência às aurorida-

des, à conturbação da ordem e a violência. Ou (2) — ele abandona a consciência religiosa e não discute sua ação do ponto de vista da fé, pois sabe de antemão que ela será antes um empecilho do que uma ajuda na sua caminhada.

A 1ª opção traz consigo problemas óbvios: o individualismo, a indiferença frente à causa pública, a obediência ao sistema, o fatalismo. A 2ª opção traz consigo o problema do afastamento de uma cultura profundamente popular. Instala-se uma dicotomia, que não é superada e está em constante conflito. O trabalhador, ou líder, que assume tal posição, sectariza-se e dogmatiza sua posição para poder defender-se de seus próprios companheiros que não pensam como ele. Ou então grupos se formam contra grupos, enfraquecendo o conjunto de forças.

Ambas as posições são equivocadas e são reflexo da falta de clareza a respeito deste assunto. Os teóricos de esquerda têm demonstrado uma incapacidade irresponsável em discutir a questão da fé popular. Bem como os teólogos, especialmente os evangélicos, têm demonstrado a mesma imperícia. Poderia-se dizer que há pessoas interessadas em levar esta discussão, mas muitas vezes são impedidas, ou pelo constante ativismo do movimento, ou então pela limitação imposta pelas estruturas eclesiásticas.

No entanto, é preciso que se achem caminhos para fazer com que a fé cristã seja um dos motores de transformação. Uma das propostas que o próprio povo trabalhador coloca com sua experiência é o ecumenismo. Não mais apenas um ecumenismo confessional ou interconfessional, mas um ecumenismo social e político. Não se pode continuar discutindo a fé cristã separada da luta do trabalhador, bem como não se pode mais ficar estudando teologia confessionalmente. É de dentro desta proposta do povo, onde teologia, economia, política e vida diária se encontram, que nasce o novo no reconhecimento de que é preciso transformar o que existe para que a vida possa ser preservada.

É uma proposta moderna. Mesmo que esta proposta ainda não tenha sido realizável totalmente, as contradições internas e individuais não obstaculizam a caminhada partidária e de organização política e social dos trabalhadores. A CUT e o PT são exemplos claros disto. Há, pois, entre os trabalhadores, uma equação provisória, um consenso que aponta para a frente: os inimigos não são os companheiros que pensam de maneira diferente, mas é o imperialismo na sua expressão capitalista. É ele que asfixia o trabalhador brasileiro e latino-americano e tira dele a vida. O imediato se impõe e exige uma tomada de posição.

A organização para a transformação é feita pelos trabalhadores. Shaul dizia em 1955: "O homem comum em nossos dias deseja possuir senso de dignidade e de responsabilidade, que lhe devem ser proporcionados pela posse do poder. Ele exige privilégios pelos quais possa participar do controle das forças econômicas e políticas que o dominam. Ele dará seu apoio ao movimento político que melhor possa satisfazer esse anseio." ("De dentro do Furacão", p.57). Hoje vivemos uma realidade em que o trabalhador não dá apenas seu apoio a um movimento político, mas ele é o próprio movimento político que luta e exige o direito ao poder. É este o moderno na luta dos trabalhadores. Não cedem a sua força a uma instância ou entidade política criada por outros, no sentido populista da Argentina dos anos 40/50, ou como a proposta brizolista atual no Brasil; mas desta vez é ele próprio o sujeito desta criação. Esta proposta é a proposta da modernidade, pois passa por ela uma dimensão revolucionária no mais completo sentido: não são mais os interesses alienígenas que proporcionam possibilidades e condições, sempre limitadas por interesses outros, da participação do povo. Agora é o próprio trabalhador que galga as escarpas rumo ao poder, com a intenção de resgatá-lo para si e sua classe, até aí excluídos das expressões positivas.

Não se pode, no entanto, parar por aí. É preciso ir adiante no sentido de fazer com que a luta de classes, originada no sistema capitalista, seja abolida definitivamente. O trabalhador sofre esta luta. Luta por necessidade, mas no fundo almeja uma sociedade onde isto estará superado. "Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe; se se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com estas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe." (Manifesto Comunista, p.38) "Sabeis que os que são considerados governadores dos povos, têm-nos sob seu domínio, e sobre eles seus maiores exercem autoridade. Mas entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós, será servo de todos" (Jesus, em Marcos 10.42 ss.). Este propósito evidentemente não se realiza com eleições, nem que sejam vitoriosas para os trabalhadores. E quem melhor sabe disto são os próprios trabalhadores organizados e experimentados na procura por direitos de viver. Mas este propósito mostra além, por sobre eleições e organizações necessárias agora, para o conteúdo de uma nova sociedade. A sociedade moderna não está mais contida na arrumação das coisas velhas que estão

falindo, mas está nas propostas que nascem das favelas, das prateleiras de mão-de-obra, das baixadas, dos sem-terra, dos bóias-frias, das mulheres do campo e da cidade, dos seringueiros, dos povos da floresta e de todos aqueles que têm consciência disto. Uma consciência que não se deixa mais ofuscar pela pseudomodernidade da exploração.

4 — Eleições

A performance dos trabalhadores nas urnas de novembro vai depender essencialmente de sua consciência classista. Ela lhes dá clareza sobre o processo de luta de classes dentro do sistema e por onde está atualmente passando este processo. Eles têm condições de fazer uma análise da conjuntura a partir do fato e do reconhecimento de que pertencem a uma classe organizada e em luta, que lhes dirá da amplitude desta luta. Analisam as questões econômicas que estão na origem dos problemas que os atingem diariamente. Analisam suas necessidades e as de sua classe. Estudam as relações ideológicas e políticas internas de sua organização e a correlação de forças no todo da sociedade. Conseguem descobrir qual o momento histórico e quais as possibilidades de interferência dos trabalhadores na história do País. Descobrem quais as forças convergentes e divergentes que apóiam ou se opõem às organizações dos trabalhadores e como o fazem. Disto deverão tirar resposta ao desafio colocado para eles de, pela 1ª vez, escolher um presidente da república, e também pela 1ª vez poder votar num trabalhador que possa ocupar este cargo.

Em especial, coloca-se aqui a pergunta pela posição do cristão diante deste desafio. Alguma luz nos pode vir de dois exemplos bíblicos: a questão do templo e a lei do sábado.

O templo foi alvo de um ataque de Jesus. Com isto, ele deixa claro que, desde sua construção, o templo representa a opressão imperialista, econômica sobre o povo. Foi construído para ser o lugar da presença de Deus. Mas a oposição à construção do templo e as conseqüências sempre de novo mencionadas da pauperização do povo (Amós 6.6; 8.4-6) revelam as verdadeiras intenções: passar a convicção de um Deus centralizador que apóia a exploração do rei (1 Reis 3.10-15), com sede na cidade como garantia de união do povo, mas controlado e mediado pela classe aristocrática. Sob a alegação da presença de Deus, cobravam-se impostos, dízimos, e vendiam-se animais para sacrifícios de purificação. O

templo era o lugar da arrecadação e do acúmulo de riquezas. Não é por acaso que o rei Salomão, considerado o mais rico e abençoado por Deus, era o que mais ligação tinha com o templo: foi seu construtor.

A instituição do sábado e do ano sabático são evidências do fato de que o povo sempre reagiu contra a exploração oficial e divina dos reis e da cidade. Foi criada para ser uma pequena barragem a conter o ritmo acelerado e ininterrupto da acumulação de capital. O sábado não consegue evitar que ela aconteça, mas coloca o precedente da intervenção do povo explorado no desenrolar social, quebrando, nem que seja apenas por momentos, como numa manifestação eterna de protesto, a arrecadação do templo e o acúmulo do capital (Milton Schwantes).

Jesus, com toda sua atuação, sempre foi ameaça para o processo econômico, devastador para os trabalhadores: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" é uma afirmação que coloca, bem de acordo com a herança vétero-testamentária, a hegemonia das decisões divinas de César em xeque. Não poderia haver heresia maior para o Estado romano: um pequeno povinho oriental, lascado e insignificante, tinha um Deus que ousava se colocar em pé de igualdade com o Senhor do Universo romano!

Não estamos hoje novamente numa situação semelhante? O império do capital impõe seus critérios de vida, suas leis de mercado e explora o trabalhador para satisfazer suas necessidades sempre crescentes, e submete países inteiros a sua vontade política. Como cristão, não se pode concordar com as conseqüências disto, vistas exemplarmente no início deste artigo.

É preciso intervir. Agora é possível intervir. A revolta em nosso país não é mais apenas um torvelinho incompreensível. Ela já tem um rosto: as organizações sindicais e populares, o partido político, o candidato trabalhador. É possível votar num candidato a presidente. É necessário votar.

Mas depois é preciso saber resistir. A burguesia nacional e internacional, baseada na força militar, não entregará pacificamente o poder nas mãos dos trabalhadores. A arte do enfrentamento terá que ser aprendida com urgência, pois sua aplicação não deverá demorar. Os trabalhadores, cristãos, marxistas, espíritas, umbandistas, com a eventual vitória nas urnas, estarão assumindo uma responsabilidade até aí ainda não experimentada. E terão de arcar com ela.

As possibilidades existem, e são grandes; os recursos humanos também. A vontade política de fazê-lo agora é uma questão de fé, moderna, revolucionária, corajosa.

Bibliografia

- HINKELAMMERT, Franz: **"Economia y Teologia: las leyes del mercado y la fé."** Palestra proferida na "consulta Igrejas e Dívida Externa" CONIC — Rio de Janeiro, 27-30 de março de 1989 — Mimeo.
- SCHWANTES, Milton: **"A problemática do Templo" e "A questão do sábado"**. Meditações feitas na "Consulta Igrejas e Dívida Externa", CONIC, Rio de Janeiro 27-30 de março de 1989. Anotações.
- BOFF, Clodovis et alii — **"Cristãos: como fazer política"**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.
- MADURO, Otto: **"Religião e Luta de Classes"**, Petrópolis, Vozes, 1981.
- CUNHA, Carlos — **"De Dentro do Furacão"**. "Richard Shaull e os primórdios da teologia da libertação". Coleção "Protestantismo e Libertação", nº1, Sagarana Editora Ltda., 1985.
- PINTO, Lúcio Flávio: **"Jornal Pessoal"**. Ano II, nº 36, Belém, Fev. de 1989.
- MARX, K., Engels, F. — **"Manifesto Comunista"**. 6.ed. São Paulo, Nova Stella Editorial, 1985.
- MAIDANIK, Kiva — "O movimento revolucionário e a luta de classes na América Latina". In: **Luta de Classes na América Latina**. Coleção Experiências de Luta de emancipação do Proletariado.
- _____: "Santa Fé II" El imperialismo Ante América Latina." In: **"ÊNVIO"**. Ano 7, nº 90, janeiro de 1988, Instituto Histórico Centroamericano, Manágua, Nicarágua.